

Haddad: há indícios de irregularidades no Perse

'Não se trata de caça às bruxas, mas quem errou vai ser punido', afirma ministro, que desmarcou duas reuniões sobre o programa com parlamentares. Setor defende apuração de possíveis fraudes sem paralisar projeto

ALVARO GRIEHL E VICTÓRIA ABEL
emerson@globo.com.br

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou ontem que a Receita Federal investiga indícios de irregularidades no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), voltado ao setor de eventos. Segundo Haddad, servidores do órgão estão preparando um relatório, que será apresentado nos próximos dias, com o detalhamento de empresas que teriam se beneficiado do programa de forma irregular.

— Não vamos fazer uma caça às bruxas. Mas quem errou vai ser punido na forma da lei — afirmou Haddad.

Um medida provisória (MP) editada no fim do ano passado prevê a revogação do programa, mas enfrenta resistências no Congresso. O Perse oferece benefícios como alíquota zero de impostos federais e parcelamento de débitos com redução de até 100% de juros e multas. Ele valerá até o fim de 2027.

Segundo o ministro, esse relatório vai ajudar nas conversas com os parlamentares,

ao mostrar que o gasto excessivo a proposta inicial do programa, que era de uma despesa anual de R\$ 4 bilhões por ano, Haddad afirma que ela chegou a R\$ 17 bilhões.

— O programa não poderia ter essa dimensão, isso é muito ruim para o país, que não está em condições de gastar esse dinheiro, desperdiçando, diante de quadro que inspira cuidado, de equilibrar as contas, para que os juros caiam e todo o mundo possa desenvolver seus negócios e trabalho, gerando emprego.

RECEITA VAI APURAR

Haddad disse que o setor de inteligência da Receita foi acionado diante do montante de arrecadação que deixou de ocorrer. Ele afirmou que há indícios de que empresas simularam fazer parte do setor de eventos para obter isenções fiscais, o que será agora investigado. Ele negou, no entanto, que a Polícia Federal esteja envolvida.

— O que a Receita Federal faz como rotina é, diante do quadro do Perse, levar os dados para o setor de inteligência, que vai apurar possíveis irregularidades. E há indícios



Haddad: "O que nós queremos é transparência nos dados para que o Congresso tome uma decisão bem informada"

de que isso aconteceu. Empresas que usaram o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) para simular ser do setor de eventos, e não eram, isso está passando por um escrutínio — disse o ministro.

Segundo Haddad, a Receita vai divulgar os dados das empresas beneficiadas por CNPJ.

— E aí vamos tomar público

quanto cada empresa deixou de recolher, alegando ser beneficiária do programa. Isso vai deixar claro que não foram R\$ 4 bilhões, como se estimava, foi superior: R\$ 16 bilhões, e isso vai ser levado ao Congresso — afirmou.

— O que nós queremos, ao fim e ao cabo, é transparência nos dados para que o Congresso tome uma decisão bem informada.

acabou cancelada. O objetivo, segundo os parlamentares, era entender as acusações de fraude e propor um fôrmato que permitia manter o Perse pelo menos até o ano que vem.

— Sentimos as portas fechadas para o diálogo — disse Carrazas.

A Fazenda afirma que os cancelamentos se deveram a problemas na agenda do ministro e nega que as portas para o diálogo estejam fechadas.

DEMANDA POR INFORMAÇÕES

O setor de eventos afirma que não foi informado sobre as acusações. Representantes defendem que as supostas fraudes sejam apuradas, mas sem a paralisação do benefício. Eles admitem ser necessária uma reformulação do Perse, mas querem participar dos debates.

— Os fatos que temos dão sustentação aos números originais do programa. Se há algo diferente, quem tem as ferramentas para visualizar é a Fazenda. Precisamos dessas informações para ver se caso de fazer ajustes — disse Doreni Caramori, presidente da Associação Brasileira das Promotoras de Eventos (Abrape).

Moraes, do Supremo, vota por manter demissões em estais

Julgamento continua hoje. Caso envolve funcionários dispensados do BB

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@globo.com.br

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou ontem para considerar constitucional a dispensa imotivada de empregados de empresa pública e sociedade de economia mista admitido por concurso público.

Moraes é o relator da ação. O julgamento foi interrompido e será retomado hoje com o voto dos demais ministros. O caso tem repercussão geral, ou seja, a decisão poderá afetar todos os processos semelhantes.

Na ação, um grupo de empregados demitidos do Banco do Brasil recorreu ao STF contra uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho

(TST) sobre o caso. Eles foram demitidos em 1997, por meio de cartas, após terem sido aprovados por concurso.

PELA COMPETIÇÃO

Em seu voto, Moraes afirmou que a demissão sem justa causa não é "arbitrária" e que limitá-la iria retirar um "instrumento de competição" das estatais.

— A dispensa imotivada, a dispensa sem justa causa, ela não é uma dispensa arbitrária. Não pode ser comparada com uma perseguição. É uma dispensa gerencial.

O ministro do STF ressaltou que a medida segue o "princípio da eficiência". — Isso está em consonância com o princípio da eficiência. Retirar essa possibilidade do gestor será retirar

um instrumento de concorrência, um instrumento de competição.

O relator também rebateu a ideia de que a autorização para a dispensa imotivada abriria a possibilidade de, com a troca de governo, o novo gestor poder substituir os funcionários antigos por aliados seus. De acordo com Moraes, o concurso público impede isso.

— O concurso público, ele não pode ser afastado. Salvo naquelas previsões de poucas vagas de cargos em comissão. Nós temos que afastar essa nuvem de que defender a dispensa imotivada nessas hipóteses, como um instrumento de gestão concorrencial, é possibilitar política de nomeações.



Eleito geral. Decisão da Corte vai valer para todos os processos em andamento

No início do julgamento, o advogado Eduardo Henrique Soares, que defende os ex-funcionários, afirmou que se a Constituição determina que a contratação dos funcionários precisa ser feita por concurso, sua demissão também deve ser feita dentro dos mesmos parâmetros.

— (A Constituição) apresenta uma condicionante, uma restrição à contratação por estais. De modo que o ato demissional, vinculado à admissão anterior, tam-

constituinte. Porque se, de um lado, exigiu e fez uma previsão expressa para que sociedades de economia mista e empresas públicas tivessem o dever da incidência do princípio do concurso público para a seleção de seus empregados, (...) de outro lado não estendeu a aplicabilidade desse regime para a saída.

SISTEMAS DIFERENTES

Em manifestação no processo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu a rejeição do recurso, mas sugeriu uma tese que imponha uma diferenciação. Empresas de economia mista que atuem em regime de monopólio, ou que sejam responsáveis pela execução de políticas públicas, seriam obrigadas a "motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados".

Já as companhias que atuem em regime de concorrência estariam dispensadas dessa exigência, com a exceção de casos em que se verifique "ilegalidade ou abuso de poder".

Vendas no comércio fecham 2023 com alta de 1,7%

Recuo de 1,3% em dezembro reflete antecipação de compras na Black Friday. Economistas esperam desempenho positivo este ano

CAROLINA NALIN
carolina.nalin@globo.com.br

As vendas no comércio brasileiro fecharam 2023 com alta de 1,7%, conforme a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo IBGE. Foi o maior avanço desde 2019 (1,8%), em um sinal de que o pior já ficou para trás, segundo analistas. Apesar da alta no ano, as vendas recuaram 1,3% na passagem de novembro para dezembro, efeito da antecipação das compras de Natal durante a Black Friday. Para 2024, economistas esperam números positivos.

Segundo o IBGE, o varejo tem alternado entre perdas e ganhos desde 2020. E os dados do fim do segundo semestre, que concentra as duas principais datas do comércio, reforçam um comportamento visto antes da pandemia: a antecipação de compras de Natal na Black Friday, em novembro.

— Setores como equipamentos para escritório, móveis e eletrodomésticos e varejistas tiveram concentração (de vendas) maior na Black Friday do que no Natal — diz Cristiano Santos, gerente da pesquisa do IBGE. — Foi um

Natal que "perdeu" para a Black Friday. Mas, em relação ao mês de dezembro de anos anteriores, o desempenho foi menos negativo.

A maior alta foi no setor de carros e motos: 8,1% no ano. Para Santos, o programa de incentivo à compra de carro zero, lançado em junho, ajudou a movimentar esse mercado. Naquele mês, as vendas avançaram 9,5%.

Na análise por impacto, porém, a maior contribuição para o crescimento no ano veio do setor de hiper e supermercados, que avançou 3,7%. Santos explica que o segmento

tem grande participação nos resultados anuais em função do peso do setor na pesquisa, mas sua influência sobre as vendas foi ainda maior este ano, com um consumo pouco diverso por parte das famílias.

— Boa parte do crédito e da massa de rendimento está sendo usada para pagamento de dívidas e redução da inadimplência. Isso não está parando no consumo.

Para Geórgia Veloso, economista do FGV Ibre, a alta de 1,7% em 2023 mostra que o pior ficou para trás, em termos de impacto da pandemia e de fatores econômicos que pesam sobre o consumo, como inflação e juros altos. Mas ela também vê um gargalo de endividamento das famílias.

— Isso precisa ser superado para que haja uma recuperação sustentada do comércio, principalmente nos segmentos mais ligados ao crédito.

João Savignoni, gerente de

pesquisa macroeconômica da Kinito Capital, concorda. Mas ressalta que o movimento de renegociação de dívidas por parte das famílias deve dar impulso às compras mais à frente. E cita ainda o mercado de trabalho aquecido e a inflação em queda.

— Alguns elementos nos fazem acreditar em um cenário de desaceleração gradual do crescimento e não de queda.

Artigos farmacêuticos e de perfumaria tiveram alta de 4,7% nas vendas, e combustíveis e lubrificantes, de 3,9%. O volume de vendas do segmento de equipamentos e material para escritório cresceu 2%.

Já o setor de artigos de uso pessoal e doméstico desabou 10,9%. Na avaliação de Santos, isso se explica, em parte, pelo fechamento de lojas de grandes redes.

3,7%

Foi o avanço das vendas de hiper e supermercados. Setor teve a maior contribuição para o resultado no ano